

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO Nº 31/2021

PROCESSO SEI Nº: 0013402- 31.2021.6.05.8000.

Licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na Modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de carrinhos diversos.

RELATÓRIO FINAL

Instado a realizar licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de carrinhos diversos, respeitando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA.

Aos 08 (oito) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às 9h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 45, de 22 de abril de 2020, deu início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentadas. De início, observou-se que todos os itens possuíam propostas cadastradas. Em seguida, foi dado início à etapa competitiva, automaticamente pelo novo sistema do Comprasnet, por meio da nova Sala de Disputa, através do recebimento de lances, tendo sido ofertados diversos lances conforme registra a Ata do Pregão Eletrônico acostada aos autos, documento SEI nº 1767255.

Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade dos produtos ofertados às especificações previstas do edital, procederam-se à sua aceitação. Em ao contínuo, foram classificadas as seguintes empresas, consoante tabela infra:

ITEM Nº	NOME DO LICITANTE VENCEDOR
1-2	CHC ORGANIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
3	GERBRA COMERCIO EIRELI
4 e 5	CREATEK STORE COMERCIO DE EQUIPAMENTO PARA ABASTECER E LUBRIFICAR LTDA

Ao final da fase de classificação, foram aceitas as propostas das empresas supramencionadas.

Finalizada a etapa competitiva, passou-se a fase de negociação, empresa a empresa, por produto ofertado, sempre na busca de reduzir o preço ofertado pelas empresas vencedoras. Após o final das negociações, não logramos êxito, no entanto, o valor ofertado pela empresa GERBRA COMERCIO EIRELI, vencedora do item nº 3, que

também não aceitou reduzir o valor final de sua proposta, já se encontrava abaixo do valor máximo aceitável para contratação. NO que se refere à empresa CHC ORGANIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, vencedora dos itens nº 1 e 2, suas propostas foram aceitas no limite do Valor Máximo Aceitável pela administração, não obstante a tentativa de negociação por parte do pregoeiro.

No tocante aos itens nº 4 e 5, considerando que a empresa CREATEK STORE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO PARA ABASTECER E LUBRIFICAR LTDA fora declarada vencedora da Cota Reservada (item nº 4) cujo ofertado fora de R\$: 2.990,00, e da Cota Principal (item nº 5), cujo valor ofertado fora de R\$:2.850,00, prevaleceu o valor negociado de R\$:2.850,00, assim a adjudicação fora feita pelo menor preço para adjudicação dos dois itens, em conformidade com o quanto previsto na condição 13.1.1. do edital.

Passando-se à fase de habilitação, o pregoeiro consultou o SICAF e verificou: a) a compatibilidade do objeto social das empresas vencedoras com o objeto da licitação; b) os documentos de habilitação da empresa CHC ORGANIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, consoante Doc SEI nº 1767283, Documentos de Habilitação da empresa GERBRA COMERCIO EIRELI, conforme Doc SEI nº1767287, Documentos de Habilitação da empresa CREATEK STORE COMERCIO DE EQUIPAMENTO PARA ABASTECER E LUBRIFICAR LTDA anexados ao Doc SEI nº 1767294, c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários; d) a inclusão das declarações exigidas nas condições 10.1.1 e 10.1.2 (doc. SEI nº1767264.

Por fim, foram habilitadas as empresas vencedoras acima relacionadas,

Por fim, foram habilitadas as empresas vencedoras acima relacionadas, sendo o objeto da licitação adjudicado aos respectivos vencedores.

Ressalto que a Empresa GUSA COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA, Cnpj nº 04.801.838/0001-35, classificada inicialmente em primeiro lugar para os itens nº 1 e 2, fora inabilitada do certame por não apresentar a certidão de Falência e Concordata da empresa concomitantemente com a proposta e os demais documentos de habilitação, nos termos da condição 4.1. do edital. Na verdade, a certidão anexada pela empresa junto com a proposta encontrava-se em nome de outra empresa com a seguinte RAZÃO SOCIAL:VALDIR DE ARAUJO PIRES ME CNPJ: 17.722.651/0001-98, cujo REPRESENTANTE LEGAL, o senhor Valdir de Araújo Pires, é sócio majoritário da licitante em comento.

Com fulcro na condição 11.7. do instrumento editalício, este pregoeiro pesquisou no site do TJ-PI, Distribuição de 1º Grau, a certidão de Falência e Concordata, em nome da referida licitante, no entanto, tal pesquisa fora debalde, sendo disponibilizada somente uma certidão contendo as seguintes informações: As informações disponíveis sobre a pessoa física/jurídica: GUSA COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS

LTDA - CNPJ:04801838000135 NÃO SÃO SUFICIENTES para a emissão da certidão negativa via internet.

Entretanto, não obstante o quanto contido na condição 4.1. do edital, com espeque no Formalismo Moderado defendido pelo Plenário do TCU, formalizado no Acórdão nº 1211/2021, do Plenário do TCU, que aborda justamente sobre a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente: "a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Com fulcro no quanto supra relatado e corroborado com os termos contido na manifestação do licitante, no chat, em 09/11/2021, aqui in verbis: “Sr Pregoeiro. Houve um equívoco ao inserir a CND Falências e Concordata, pois, anexamos de outra empresa nossa. Então estávamos tranquilos com relação a data de validade. Pedimos desculpas pelo equívoco. Assim que fomos informados, fomos ao TJ-PI para solicitar a CND, pois, não conseguimos emitir via internet, más não conseguimos senha”, não nos restou outra alternativa a não ser a inabilitação da licitante GUSA COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - CNPJ:04 801.838/0001-35, para os itens nº 1 e 2.

Por derradeiro, diante dos fatos relatados, restou configurado ainda que a empresa GUSA COMÉRCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - CNPJ: 04.801.838/0001-35, deixou de proceder à apresentação da Certidão de Falência e Concordata concomitante com as proposta e os demais documentos de habilitação, conforme exigência constante na condição 11.1.6. do edital, procedimento esse que se configurou nas penalidades previstas na condição 18.1. do edital, alínea e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa razão pela qual procedemos à comunicação dessa ocorrência à SELIC, para as providências pertinentes, por meio do Processo SEI nº:0018240-17.2021.6.05.8000, no tocante à abertura de Processo de Apuração de Responsabilidade.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, conforme condição 12.1 do Edital, não houve manifestação de qualquer das empresas licitantes, sendo, em ato contínuo, encerrada a sessão pelo pregoeiro.

Por fim, o objeto foi adjudicado, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc. SEI nº1767278).

Anexados ainda os seguintes documentos SEI: “Resultado por Fornecedor”, gerado pelo Sistema (doc. SEI nº1767272); Documentos de Proposta/Habilitação, constantes no doc SEI nº1767261.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 11 de novembro de 2021.

Lúcio Roberto de Oliveira

Pregoeiro